

<p><b>12 DESTAQUE</b></p> <p>A APLICABILIDADE DOS DISPUTE BOARDS NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC)  <small>THE APPLICABILITY OF THE DISPUTE BOARDS IN THE DIFFERENTIATED REGIME OF PUBLIC CONTRACTS</small>  <i>Matheus Oliveira Machado</i> . . . . . 12</p>	
<p><b>32 ARTIGOS</b></p>	
<p>A CONSENSUALIDADE NO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LIMITES DE NEGOCIABILIDADE DE INTERESSES PÚBLICOS INDISPONÍVEIS  <small>CONSENSUALITY IN THE FRAMEWORK OF ADMINISTRATIVE MISCONDUCT: LIMITS OF NEGOTIABILITY OF UNAVAILABLE PUBLIC INTEREST</small>  <i>Lucas César Costa Ferreira</i> . . . . . 32</p>	<p>A FINANCEIRIZAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO: REGULAÇÃO COM BASE NA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA  <small>FINANCIAL MARKET AND REAL ESTATE MARKET: REGULATORY INSTRUMENTS FROM THE SOCIAL FUNCTION OF THE URBAN PROPERTY</small>  <i>Ermiro Ferreira Neto</i> . . . . . 45</p>
<p>O ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO E AS CORRESPONDENTES RESTRIÇÕES NA LEGISLAÇÃO ALEMÃ  <small>THE SERENDIPITY IN BRAZILIAN CRIMINAL PROCEDURE AND THE RESTRICTIONS FROM GERMAN LEGISLATION</small>  <i>Tiago Kalkmann</i> . . . . . 46</p>	<p>A TEORIA DO OVERRULING À LUZ DE ROBERT ALEXY: DIREITOS FUNDAMENTAIS, CONSENSO E SUPERAÇÃO DO PRECEDENTE  <small>THEORY OF OVERRULING IN THE LIGHT OF ROBERT ALEXY: FUNDAMENTAL RIGHTS, CONSENSUS AND PREVENTING THE ABOVE</small>  <i>Leonardo Bolelli da Rocha</i> . . . . . 77</p>

<p>A AMPLIAÇÃO DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC PARA ABARCAR DECISÕES SOBRE COMPETÊNCIA  <small>EXPANSION OF THE LIST OF ARTICLE 1.015 OF CPC TO INCLUDE DECISIONS ABOUT JURISDICTION</small>  <i>Fabiana Castro Paranhos</i> . . . . . 90</p>	<p>O NOVO CPC: AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA  <small>NEW CODE OF CIVIL PROCEDURE: CONCILIATION AUDIENCE IN DOMESTIC VIOLENCE-BASED ACTIONS</small>  <i>Anderson Luís Lima da Silva</i> . . . . . 129</p>
<p>A GESTÃO PRIVADA DE UNIDADES PRISIONAIS SOB O PONTO DE VISTA DO DIREITO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR  <small>PRIVATE MANAGEMENT OF PRISON UNITS FROM THE POINT OF VIEW OF PUBLIC SERVICES LAW AND PUNITIVE ADMINISTRATIVE LAW</small>  <i>Caio Cezar Maia de Oliveira</i> . . . . . 109</p>	